

ENSINO DA LIBRAS COMO L1 POR PROFESSORES OUVINTES: limitações de conhecimento *versus* impedimento da gestão escolar

Reginaldo A. SILVA¹

RESUMO

Diante a demanda de profissionais qualificados para atuar na educação inclusiva, faz-se necessário algumas indagações quanto ao ensino da Libras como primeira Língua (L1) – por professores ouvintes a alunos surdos. A presente pesquisa levanta uma hipótese da atual realidade nas escolas: nem todos os profissionais têm formação adequada para atender alunos surdos. Ao tratar de educação, é necessário que a qualidade do ensino-aprendizado seja minimamente eficiente, inclusivo e garanta ao educando o direito de aprender. Sendo assim, qual a razão de haver profissionais sem domínio específico na área? Que riscos esta atuação sem habilidades e conhecimentos específicos da Libras podem trazer ao discente surdo? É este profissional diligente ou está impedido – pela gestão escolar – de buscar conhecimento adequado para se (des)envolver na escola? A proposta foi analisar, por meio de entrevistas semiestruturadas, situações reais em instituições denominadas inclusivas que atendem alunos surdos. Espera-se com os resultados possibilitar subsídios à formação continuada dos profissionais atuantes.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Libras. Responsabilidade. Qualidade de ensino. Impedimento.

1. INTRODUÇÃO

O Que é incluir? O que é garantir? Incluir com real qualidade e qualificação dos educadores ou se passar por inclusivo para gerar reconhecimento na sociedade? Dentro dos muros da escola a qualidade é real ou está à desejar? Garantir com qualidade e real aprendizado por parte do educador ou garantir como fachada tendo o *déficit* profissional sem poder atender a demanda e garantir a real educação que lhe é necessária? A exclusão, não somente educacional², está a todo vapor quando – por tantos vieses, se menciona a Libras - Língua brasileira de sinais. Muitos aprendem para dizer que fez um “cursinho de sinais” e garantir um certificado – o que é mais desejado do que a própria aprendizagem da Língua de Sinais (LS) – para concorrer aos processos seletivos em que este somará pontos, e não lhe exige (muito das vezes) as habilidades necessárias para o ofício.

A exclusão começa a partir do momento em que desejo mais a certificação do que aprender o idioma. Começa em casa, quando eu, tendo um filho com singularidades, o escondo da sociedade – preconceituosa e repleta de estereótipos, desconhecendo os direitos legais de que toda pessoa tem

1 - Tradutor-Intérprete de Língua brasileira de sinais - Libras. IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes. E-mail: reginaldo.silva@ifsuldeminas.edu.br.

2 - A exclusão manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber (MANTOAN, 2006, p. 15).

direito à educação. A exclusão começa a partir do momento em que me coloco na zona de conforto e não procuro saber das especificidades do mundo Surdo³.

É fato que a educação no Brasil, meio a diversas mudanças na gestão pública e em muitas esferas, tem passado por inovações metodológicas e expansão da educação inclusiva entre outras demandas urgentes e emergentes. A luta por parte de educadores, na obtenção de formação continuada, bem como de profissionais qualificados e habilitados, de modo a atender a demanda crescente de alunos com singularidades, ainda é urgente, mesmo tendo o amparo Legal de políticas públicas. A qualidade do atendimento está aquém, pois, o ingresso de recém-formados e sem experiência docente preenchem as vagas nas Instituições Educacionais, principalmente as denominadas inclusivas. Este atendimento deveria respeitar e “levar em conta as diferenças individuais [...] a importância da língua de sinais como meio de comunicação para os surdos [...] e a preparação de todos os professores [...] a fim de atender às necessidades dos alunos” (BRASIL, 2001, p. 5-7). Há inúmeras razões (in)visíveis que nos levam a crer que não é somente a falta de formação ou a oferta dela; entre outras razões, a indiferença para com o outro, a má vontade, é o que torna o sistema excludente (MANTOAN, 2006).

A inquietação diante da temática é: se a educação inclusiva dispõe a necessidade de profissionais qualificados, qual a razão de haver muitos sem domínio na área em que atuam? Qual o risco deste profissional sem formação específica ensinar um idioma que não domina? “O aluno surdo que adquire e aprende a LS no início de sua escolarização [...] é aquele que terá experiências e competência linguística suficiente para [...] transformar esse conhecimento de forma crítica e ativa” (BASSO, MASUTTI & STROBEL, 2009, p. 4). O profissional inserido é diligente ou está impedido – pela gestão escolar – de buscar conhecimento adequado para se (des)envolver? Sua limitação é provocada por este impedimento ou está acomodado no sistema? Cabe aqui uma plena discussão sobre a sua responsabilidade ao ensinar Libras para um aluno surdo em idade escolar. É necessário que o aluno faça a aquisição de seu idioma, de preferência mediado por um professor Surdo qualificado (BRASIL, 2005). Todavia, pela falta de profissionais Surdos e/ou bilíngues, na realidade o que temos nas escolas públicas são professores ouvintes, egressos de Cursos Básicos de 180h, ofertados pelas Secretarias de Ensino. Estes, em sua maioria nunca tiveram contato com outros Surdos – fluentes na LS – somente com o professor que ministrou as aulas de Libras. Nunca se interessaram pela Comunidade Surda, sua Cultura e sua História. Ainda, muitos não possuem conhecimentos teóricos básicos, essenciais para entender a Libras enquanto idioma e enriquecer suas habilidades. Essas limitações, no ensino da LS, podem acarretar prejuízos na aquisição linguística do aluno. Conceição (2011) diz “O professor é o mentor de todo o trabalho e tem a

3 - A grafia em “S” maiúsculo refere-se ao sujeito surdo, a pessoa que luta pelos seus direitos políticos, linguísticos e culturais, ou seja, que faz parte da Comunidade Surda (FELIPE, 2007, p.33).

incumbência de [...] ser eficiente [...] na disciplina que ministra, mostrar o domínio [...] ter formação plena [...] para que os alunos obtenham uma formação digna de excelência” (p. 2).

2. MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa em formato qualitativo *a priori* ocorreu por meio de inquietações e informações empíricas obtidas (in) formalmente. A coleta de dados foi através do contato *in loco*, com entrevistas semiestruturadas, e o uso de formulário eletrônico com 14 (catorze) profissionais atuantes na Rede Regular de Ensino. As questões abordadas foram: como tem sido sua participação em eventos e o intercâmbio com outros profissionais da área para o aprimoramento de suas práticas; qual a expectativa de adquirir novos conhecimentos para o ensino da L1; e o que tem realizado como meio estratégico para o ensino efetivo da Libras. O campo da pesquisa foi limitado ao ensino da Libras como L1 por professores ouvintes a alunos surdos. Os dados foram compilados em gráfico, qualificando o ensino da L1 pelo perfil do profissional, que segundo a legislação vigente, espera-se que garanta ao aluno surdo o aprendizado satisfatório de seu idioma. A contribuição metodológica às análises foi baseada na Epistemologia Qualitativa de González Rey (2010).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com os dados compilados, conforme o gráfico, os resultados obtidos apresentam um *déficit* de formação, compreensão e ensino da Libras. Ainda há “muitos professores dos sistemas de ensino com pouca familiaridade teórica e prática” confirma Morelli (2009, p. 1577). Isso nos leva a reflexão e fomenta no leitor entender como estamos a passos lentos de uma educação de qualidade. Esta não depende somente de recursos financeiros, humanos e materiais, mas da diligência e proatividade do profissional que está diretamente envolvido na educação de surdos. Os resultados mostram que, muitos professores, ainda que possuam alguma formação, são poucos os o que possuem conhecimentos específicos e que se empenham no intercâmbio de novas didáticas de ensino. Embora tenham participado de alguma modalidade de curso, a maioria, egressos de Cursos Básicos, e com pouca ou nenhuma familiaridade com a prática, aguardam capacitações ofertadas pelas Secretarias de Ensino. Esta espera atrasa o seu (des)envolvimento e conhecimento das especificidades da Libras enquanto idioma gesto-visual.

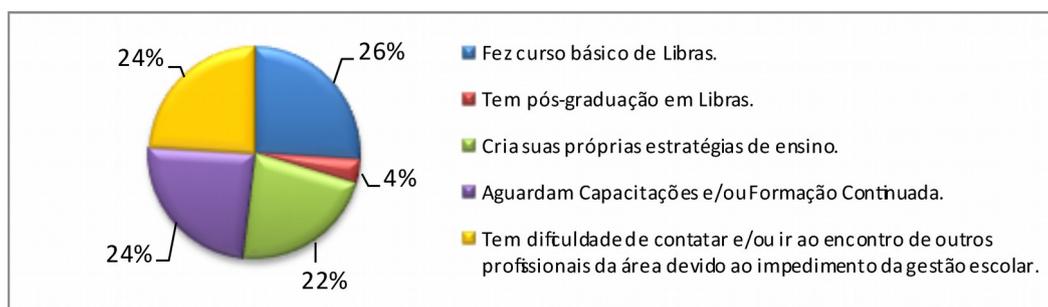


Gráfico 1 – Dados obtidos das entrevistas com os profissionais atuantes na Rede de Ensino.

4. CONCLUSÕES

Espera-se com os resultados compilados abrir portas à uma reflexão educacional e responsável no que tange ao ensinar um idioma sem ter o devido domínio – enquanto agente educador inserido no sistema de ensino. Para o ensino de um idioma gesto-visual, considera-se imprescindível, entre outras coisas, o contato com a Comunidade Surda além de conhecimentos específicos para o ensino do idioma. Não consideramos este parágrafo como “conclusões finais”. Findar aqui é desprestigiar, excluir e desvalorizar a Libras como um idioma. Este estudo prossegue não em linhas digitais, mas em processos de investigação e ofertas de subsídios práticos e relevantes para o desenvolvimento educacional de quem ensina. Pretende-se com este estudo, fomentar a busca da formação continuada dos profissionais atuantes no ensino da Libras, além de estimular e (re)apresentar as competências de um professor como mencionado por Gesser (2012).

REFERENCIAS

BASSO, I. M. D. S.; MASUTTI, M; STROBEL, K. L. **Metodologia de Ensino de Libras – L1**. Florianópolis: Centro de Comunicação e Expressão, 2009. Disponível em: <<http://libras.ufsc.br/old/public/colecaolettraslibras/eixoformacaopedagogica>>. Acesso em: 25 mai. de 2018.

BRASIL. Parecer CNE/CEB 17/2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB017_2001.pdf>. Acesso em: 25 mai. de 2018.

_____. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, Dispõe sobre a Língua brasileira de sinais – Libras**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 25 mai. de 2018.

CONCEIÇÃO, J. L. M. **O despreparo dos professores**: um ensaio sobre um dos problemas que afeta o processo ensino-aprendizagem dos educandos. Educação Pública, CECIERJ, 2011. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0294.html>>. Acesso em: 25 mai. 2018.

GESSER, Audrei. **O ouvinte e a surdez**: sobre ensinar e aprender a LIBRAS. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por quê? Como fazer? – 2. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

MORELLI, C. C.. Grupo de Suporte aos Pais e Apoio Pedagógico aos Professores da Rede e Alunos com Necessidades Educacionais Especiais na Educação Inclusiva. In: **Anais V Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial**, 2009. 03 a 06 de novembro de 2009. Londrina-PR - ISSN 2175-960X. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/publicacao-de-anais/anais-2009.php>>. Acesso em: 15 de abr. 2018.